

ECONOMIA, POBREZA E ÉTICA: uma reflexão hermenêutica e dialógica desde a perspectiva de Amartya Sen

José Luís Sepúlveda Ferriz¹ 

RESUMO

O objetivo deste artigo é aproximar as áreas da Economia e da Filosofia, concretamente a Ética, às questões sociais como a pobreza, desde a perspectiva de Amartya Sen. A Filosofia não pode e não deve se afastar das questões emergentes e provocadoras, que a sociedade atual nos impele a refletir. O ensino da filosofia é principalmente reflexão crítica, é educação cívica, desde uma perspectiva dialógica e inclusiva. A pobreza se transforma em questão filosófica porque é falta de liberdade, liberdade de agência, de autonomia, não admitir isto seria irracionalidade. Entendemos que os seres humanos não têm preço e sim dignidade, por isso o reconhecimento valioso de suas vidas, brota do reconhecimento mútuo e da responsabilidade. Este artigo tem a pretensão de ser um reclamo ético e político, que integra a autonomia das pessoas, os valores que dão sentido a uma sociedade e o que nos faz ser comunidade. Para isso, o enfoque das capacidades de Sen, nos ajuda a refletir sobre o autêntico desenvolvimento de uma sociedade. A pobreza é uma criação humana e, em consequência, deve ser o ser humano que tem capacidade e possibilidades de erradicá-la, sempre que se tenha vontade ética e política.

Palavras-chave: Economia; Pobreza; Ética; Capacidades; Filosofia; Educação moral.

ECONOMY, POVERTY AND ETHICS: a hermeneutic and dialogical reflection from Amartya Aen's perspective

ABSTRACT

The purpose of this article is to bring the areas of Economics and Philosophy, specifically Ethics, closer to social issues such as poverty, from the perspective of Amartya Sen. Philosophy cannot and should not distance itself from emerging and provocative questions that current society urges us to reflect on. The teaching of philosophy is mainly critical reflection, it is civic education, from a dialogic and inclusive perspective. Poverty becomes a philosophical question because it is a lack of freedom, freedom of agency, of autonomy, not admitting this would be irrational. We understand that human beings have no price but dignity, therefore the valuable recognition of their lives springs from mutual recognition and responsibility. This article intends to be an ethical and political claim, which integrates people's autonomy, the values that give meaning to a society and what makes us a community. For this, Sen's capabilities approach helps us to reflect on the authentic development of a society. Poverty is a human creation and, consequently, it must be the human being who has the capacity and possibilities to eradicate it, provided there is an ethical and political will.

Keywords: Economy; Poverty; Ethic; Capabilities; Philosophy; Moral education.

¹ Universidade Católica do Salvador

Autor Correspondente: José Luís Sepúlveda Ferriz

E-mail: jose.ferriz@pro.ucsal.br

Recebido em 10 de Janeiro de 2024 | Aceito em 01 de Agosto de 2024.

INTRODUÇÃO

O conceito de pobreza é um conceito que se usa cada vez mais de forma multidimensional. E não poderia ser de outra forma, já que analisar a pobreza só se poderá fazer de forma complexa e dialógica atendendo a elementos econômicos e extraeconômicos (antropológicos, sociais, culturais). Não é fácil conceituar a pobreza, já que diversos índices, dimensões e teorias são usados cada vez mais tendo em conta diversas interpretações e perspectivas. Enquanto aos diferentes conceitos e formas de abordagem temos a do PNUD (Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento) através do IDH, a de o economista e filósofo Amartya Sen, como privação de capacidades, a de Deepa Narayan e as Avaliações sobre a Participação da Pobreza (APP), a do CEPAL a partir do índice de necessidades básicas insatisfeitas, a do IBGE a partir do salário-mínimo praticado no Brasil, entre outros. Elementos que se desdobram em questões éticas, políticas, ambientais, jurídicas, sociais e culturais são importantes variáveis na sociedade contemporânea brasileira, para a percepção do conceito de pobreza e sua parametrização (em termos absolutos ou relativos). A pobreza como objeto social deve ser estudada e refletida desde o aspecto “relacional” (Boudieu, 2007), tendo em vista os diferentes atores e fatores sociais, econômicos, culturais, populacionais etc.

Pretendemos construir esta investigação desde um olhar filosófico/reflexivo. Não simplesmente como abstração teórica, e sim como um apelo à nossa responsabilidade social, já que a pobreza pode ser entendida como um fenômeno antropológico, existencial, político e moral, que afeta o desenvolvimento integral da pessoa, das famílias, da sociedade em seu conjunto. Mas podemos pensar: a pobreza como problema filosófico? É possível? E ainda mais, é necessário? Pensamos que sim, e por isso devemos pensar a pobreza além do cálculo sobre os rendimentos, das estatísticas, da métrica absoluta ou relativa, como vem sendo tratada na maioria dos informes e estudos que são feitos hodiernamente em órgãos governamentais e não governamentais, desde uma perspectiva desenvolvimentista e monetarista que reduzem o marco da pobreza à certa “visão de parametrização”.

Alguns pioneiros do pensamento filosófico, nestes últimos 50 anos, como John Rawls ou Jürgen Habermas desde a filosofia política, o próprio Amartya Sen, Max-Neef, Georgescu Roegen, Latouche ou Zamagni desde uma “outra” economia, a filósofa Martha Nussbaum desde a filosofia de gênero, vêm multiplicando o interesse da filosofia por assuntos “sociais” como a justiça, a equidade, a cooperação social, a liberdade, a democracia, os direitos humanos entre outras questões e que vão ao encontro de forma direta ou indireta, com o tema que propomos neste estudo que é a pobreza. Neste sentido, para Sen a pobreza é vista como “privação das capacidades básicas” de uma pessoa. Sen desloca o foco do bem-estar da esfera do ter –mercadorias, bens –, para o espaço do ser e fazer – estados e coisas valiosas para o bem-estar individual.

O fenômeno da pobreza, como era estudado em décadas passadas, deixa de ser assunto fenomênico e periférico, para se transformar em estrutura acadêmica e socioeconômica consolidada e permanente na sociedade. A pobreza vem sendo tratada de forma cada vez mais exploratória, analítica, desde diferentes perspectivas como a hermenêutica, a epistemológica, a ética, a econômica, a política, a social, a ecológica, a teológica entre outras. O conceito de pobreza está associado a outras categorias como as de (sub) desenvolvimento, (des) igualdade social, (in)justiça distributiva, exclusão, renda, capacidades, agência etc. (Villaplana, 2010) Portanto, o conceito de pobreza passa a ser “problema filosófico” em quanto que está associado a outras categorias que despertam interesse filosófico, tanto epistemológica, política, econômica e eticamente. Com isto, podemos afirmar que a pobreza faz parte da Ética Social, uma área entre a Filosofia Moral e a Filosofia Política. A pobreza é uma afronta moral à autonomia e à dignidade da pessoa humana, como também a pobreza exclui uma grande maioria da cidadania plena.

Pensamos que todo tipo de pobreza é uma privação de bem-estar, de liberdades, de direitos dos indivíduos com relação à sua sociedade. Como afirma o estudo de Osório, Soares e Souza (2011, p. 9): “Definir ‘pobreza’ em linhas gerais [...] é o estado de privação de um indivíduo cujo bem-estar é inferior ao mínimo que sua sociedade é moralmente obrigada a garantir. A pobreza em uma sociedade é o agregado dos estados de privação dos seus membros”.

A rede conceitual e a problematização que gera o entorno da pobreza faz com que o conceito seja de interesse filosófico, pelo que tem de prático e de relevante na sociedade atual. Se transforma em problema ético mais do que epistemológico, já que este caráter epistêmico está mais atrelado às ciências sociais e à própria economia. Portanto, para nós o conceito “pobreza” será estudado filosoficamente desde a Ética Social, como filosofia da moralidade da sociedade, como uma Ética do Desenvolvimento.

Não pretendemos esgotar a conceituação do termo “pobreza” desde uma perspectiva econômica – especificamente desde o conceito de insuficiência ou ausência de renda –, mesmo que continue sendo necessária. Essa não é nossa intenção. Simplesmente, apresentaremos alguns horizontes de possibilidade que possam ser pensados, perante esse tema complexo e multidimensional, que nos levem a refletir sobre o “tipo de racionalidade” que opera nos diferentes discursos, quando falamos de pobreza e tudo o que envolve esse conceito.

O tipo de racionalidade da economia convencional, que opera e alimenta há séculos o *homo oeconomicus*, o *homo faber*, o *homo technologicus*, entendendo isso, como o indivíduo maximizador de utilidade, racionalista, individualista e competitivo, estigmatizado pelo poder que a técnica lhe oferece e que cada vez mais transforma sua essência, seu ser, em imagem e representação daquilo que ele já foi, sapiens (sábio).

Mas quando nos propomos neste trabalho, estudar a relação entre pobreza e alteridade, pensamos especialmente na situação e nas condições de vida em que muitas pessoas e famílias são afetadas pelos desdobramentos da própria pobreza. Como, por exemplo, a falta de ingressos afeta de formas diversas o desenvolvimento integral das próprias famílias, ter uma boa educação e boa saúde, estar bem nutrido, ter expectativas de futuro para os jovens dessas famílias, a ausência de muitos pais com o imperativo de buscar condições de trabalho fora do lar; além do mais se tem muitas mais possibilidades que se gere um ambiente de violência, de desequilíbrio emocional e, portanto, de autodestruição das famílias.

Isso se transforma em problema ético e, portanto, filosófico. Melhorar a vida das pessoas é o objeto da ciência econômica e o da filosofia também e, deve proporcionar as ferramentas necessárias para fazer uma avaliação que permita forjar um horizonte emancipatório para a humanidade. Por isso, conceitos como os de liberdade, capacidades, emancipação humana, autonomia, responsabilidade são importantíssimos na hora de assegurar que as pessoas e suas famílias tenham uma vida digna e um desenvolvimento apropriado.

O propósito básico do desenvolvimento é ampliar as escolhas da população. Em princípio, estas escolhas podem ser infinitas e podem mudar ao longo do tempo. Frequentemente a gente valoriza realizações que não são superficiais em absoluto, ou não de forma imediata, nas figuras de ingresso ou de crescimento: maior acesso ao conhecimento, melhor nutrição e serviços de saúde, condições de vida mais seguras, proteção contra a delinquência e a violência física, lazer satisfatório, liberdades políticas e culturais e participação em atividades comunitárias. O objetivo do desenvolvimento é criar um âmbito apropriado para que as pessoas desfrutem de vidas longas, saudáveis e criativas. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2011, p. 15, tradução nossa)

Alargar o campo dos procedimentos de avaliação sobre a pobreza deve ser sempre interesse da economia junto com as ciências humanas, sociais e políticas. Dar fundamento a um tipo de racionalidade instrumental, tão restringida, tão asséptica e alheia aos problemas humanos, não deveria ser o objeto e a meta final da nossa ação. Afinal de contas, a pobreza gera um imenso mundo de problemas sociais, ambientais, jurídicos, políticos e éticos perante os quais a sociedade não pode fechar os olhos e fingir que não existem. Questões como analfabetismo, exclusão social, moradia, esperança de vida, direitos humanos, mortalidade infantil, alimentação ou meio ambiente entre outros são “variáveis” que não podem ser perdas de vista, esquecidas, se realmente nos propomos como humanidade erradicar a pobreza absoluta, como parte da proposta dos

Objetivos do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU)¹. Segundo Amartya Sen² (2000), os pobres não são variáveis provenientes da renda ou dos recursos, e sim da falta de liberdade para levar adiante os planos de vida que uma pessoa tem razões para valorizar: é pobre quem não pode desenvolver os projetos vitais que poderia desejar razoavelmente. São pobres de liberdade e não somente de renda!

Para isso, o nosso estudo estará dividido em duas partes, a modo de linhas de ação, que nos mostrem o caminho para um melhor desenvolvimento à escala humana e ética: a) a primeira parte se dedica ao tema da relação entre pobreza e desenvolvimento. Pensamos que desenvolvimento tem a ver com a promoção das pessoas e com a qualidade de vida. Com isto, analisar estes conceitos de forma multidimensional e epistemológica, se faz necessário. Conceitos como os de necessidades básicas, capacidades, liberdades, autonomia, justiça distributiva e articulação orgânica democrática, são fundamentais para este tipo de desenvolvimento mais humano; b) uma segunda estará centrada na ideia de relacionar a pobreza e a ética com a alteridade. Compreender essa relação será fundamental para: relacionar a pobreza com a educação moral dos indivíduos e insistir na reflexão ética como instrumento que vai ao encontro da alteridade, da pessoa, do outro, especialmente do pobre que se manifesta de forma concreta, histórica e real na sociedade, de forma mais vulnerável.

1. POBREZA E DESENVOLVIMENTO

Diagnosticar a relação entre pobreza e desenvolvimento não deixa de ser um grande desafio, para qualquer área do conhecimento e para a filosofia não seria diferente. Mas se queremos entender em que consiste essa relação de fato, se faz necessário um diagnóstico econômico sobre o tipo de racionalidade que opera nesta relação. Trata-se de diagnosticar “uma nova concepção de racionalidade do desenvolvimento que contemple novas formas de *ser, estar, conhecer* que nos levem a visualizar novas formas de *produzir, consumir e viver*”. (Ferriz, 2020, p. 109, grifo do autor).

Daqui que seja necessário refletir sobre quais os pressupostos que estão operando nas formulações econômicas, ou seja, qual seria o “comportamento racional” que justifique a relação do desenvolvimento, a economia e a pobreza. Nos questionamos se a economia atual responderá às preocupações prioritárias que advêm dos efeitos que a pobreza provoca? Será capaz de superar o autismo social, o monologismo e a ideologização estéril? Que soluções nos dão os modelos de crescimento econômicos atuais para resolver o problema da pobreza? Podemos reorientar nossos postulados para criar um mundo sem pobreza ou pelo menos com menos pobreza? O enfoque das capacidades de Amartya Sen, entendido como fortalecimento das liberdades intersubjetivas, ajudaria a diminuir a pobreza?

Se a economia quiser superar sua rigidez geométrica, mercantilista e pétrea, deve abandonar sua racionalidade instrumental e operar em outras dimensões como a hermenêutica. A razão hermenêutica é reconstrutiva a partir de categorias como interpretação e compreensão, mas atualmente tem adquirido novo impulso devido à relação entre ética e ciências sociais e, de modo especial, entre ética e economia. Portanto, para melhorar o pensamento econômico, é necessário superar o formalismo lógico-matemático e estatístico da economia e reconhecer a importante dimensão interpretativa das análises científicas nas

1 Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um comprometimento por parte dos 193 Estados- membros da ONU – o Brasil incluso – que acordaram, em 2015, com a Agenda 2030. Constituída por um plano de ações em escala global, a Agenda propõe medidas urgentes para a prosperidade da humanidade e da Terra, tendo como principal objetivo a busca pelo desenvolvimento sustentável.

2 Amartya Kumar Sen (1933-) economista e filósofo indiano. Prêmio Nobel de Economia em 1998. Será o nosso autor basilar ao longo deste trabalho. Autor de obras como: *Ética e Economia* (1987), *Desenvolvimento como Liberdade* (1999) e *A ideia da Justiça* (2009).

diferentes áreas. Existem outras fontes de inteligência racional, que têm relevância metodológica para compreender o sentido dos fenômenos econômicos e articular as diversas vozes da razão. Precisamos de uma economia hermenêutica, ligada a uma ética da responsabilidade – das empresas, do Estado, das instituições, das corporações –, porque a partir da vida real e histórica das pessoas é que se descobre a necessidade do valor intrínseco e normativo da vida, da liberdade e da justiça nas escolhas racionais e emocionais. Na perspectiva da economia hermenêutica se dão de forma conjunta o momento da facticidade e o da idealidade (Conill, 2009), ou seja, daquilo que é (realidade) e do que deveria ser (moralidade).

Para compreender a realidade e poder resolver os problemas do desenvolvimento, precisamos que a economia se abra à história e à conjuntura social de cada país, às condições da sua real e concreta situação. Portanto, não tem mais jeito que reorientar e revitalizar a reflexão econômica. Pois o problema não é transformar os pobres em ricos, através de uma economia de “mercado” e de políticas “macroeconômicas” eficientes. Se deve adotar um ponto de vista mais prático e com uma metodologia clínica para poder fazer um diagnóstico eficiente e operar no lugar certo. O ponto-chave é não se deixar seduzir pelo pensamento mágico da economia, que tudo o direciona para um só fator ou vetor, “o mercado” e, sim atender à diversidade das experiências de desenvolvimento e aplicar o diagnóstico diferencial da economia hermenêutica, até conseguir que os países mais pobres coloquem o rumo certo nos trilhos do desenvolvimento integral. Seria um primeiro passo para superar a pobreza, a exclusão social e financeira, a fome e a marginalização social.

Consideramos que a proposta é, finalmente, recolher os elementos da razão econômica necessários para o desenvolvimento, evitando adotar posicionamentos radicais e reducionistas, encontrar valores que surjam dessa reflexão, para assim conseguir um desenvolvimento integral que se enfoque nas verdadeiras necessidades humanas como inclusão, segurança, afeto, participação, autonomia e agência.

A ideia é privilegiar o diálogo e adotar uma espécie de racionalidade comunicativa, que em condições adequadas de competência, equidade e justiça nos permita resolver os problemas do desenvolvimento. É através da razoabilidade pública ou a discussão pública que cada sociedade deve escolher quais liberdades deveriam promover-se. O exercício de valorizar tem que ser o resultado de um processo crítico de razoabilidade no espaço público. Sen dá muita importância à escolha razoada, que conecta com o ideal socrático de uma vida criticamente examinada.

Como afirma Cortina e Pereira (2009, p. 13-14, tradução nossa):

Com estes cuidados o diálogo é imprescindível, porque os povos para desenvolver-se precisam de um capital físico, um capital humano e um capital social, como afirma o Banco Mundial. Mas também precisam de ‘um capital ético’, já que não se pode descapitalizar eticamente aos povos. [...] A competência nas próprias matérias seria necessária, seja na economia, na política, na engenharia, ou qualquer outra. Os problemas do desenvolvimento não são simplesmente questões de boa vontade, mas também de competência. Mas como dizia Aristóteles, tão competente é aquele que na arte de fazer venenos o usa para matar como para curar: não é suficiente ser competente, mas também ter uma boa finalidade. Neste sentido, resulta difícil alcançar os bens internos do desenvolvimento sem um grande sentido da justiça, através do qual nos demos conta de que os bens da terra, materiais ou imateriais, pertencem a todos os seres humanos, e ninguém pode ficar excluído desse desfrute. Sem cultivo da prudência necessária para tomar decisões perante escolhas cruéis. Sem uma criatividade suficiente para encontrar caminhos novos que não obriguem a tomar ‘decisões trágicas’ entre alternativas dolorosas. Sem uma grande sensibilidade para os contextos históricos de ação e para as culturas específicas. Sem respeito ativo para culturas diferentes da nossa. Sem uma grande capacidade de interpretação e de diálogo. E sem uma boa bagagem de solidariedade. Seria relegar essas virtudes do desenvolvimento pelo anti desenvolvimento.

A partir daqui, através de uma racionalidade dialógica e hermenêutica, nos perguntamos se erradicar a pobreza é um simples compromisso social ou um dever ético, tendo em conta que a pobreza se entende como produto social e, portanto, somos socialmente responsáveis. Responsabilidade no sentido de ter conhecimento e meios suficientes para poder evitar a pobreza e a fome de muitos povos e famílias, e sem embargo, permitimos que exista e se propague. Aprofundaremos sobre esse assunto mais ainda na segunda parte do nosso estudo.

Agora nos centramos em apresentar dois exemplos, entre outros muitos que poderíamos citar, de propostas de desenvolvimento, e de erradicação da pobreza, próprias dos países em desenvolvimento, como são: o microcrédito e a Economia Social e Solidária (ESS).

Essas duas propostas demonstram o seguinte: que a racionalidade econômica deve ser interpretada a partir de seus próprios autores e atores (neste caso os pobres); que a racionalidade econômica dialógica e hermenêutica deve nos levar a propostas políticas e sociais adequadas e que quando se dão oportunidades aos pobres para eles próprios saírem da pobreza, através de empoderamento social, político e financeiro, são capazes de responder de forma afirmativa e propositiva. Isso reforça a relação entre desenvolvimento e alteridade através de uma economia que olhe para o outro, nesse caso, os mais pobres e vulneráveis, como atores e protagonistas de suas vidas a longo prazo. Uma economia que desenvolva as capacidades e as potencialidades dos cidadãos, dando oportunidades, diminuindo as diferenças e potencializando a capacidade de agência – entendida como autonomia social, política e financeira – por meio de projetos gestados e dirigidos por eles mesmos. Como afirma Ferriz (2017, p. 246, tradução nossa),

Com outras palavras, se as capacidades são o meio para planejar e obter resultados, o desenvolvimento das capacidades é o caminho para alcançar tais meios. Por isso, na América do Sul será fundamental investimentos em áreas tão importantes como envolver aos atores no protagonismo de seu próprio desenvolvimento, prioridades nacionais com soluções locais, através de pactos e convênios institucionais, governança, conhecimentos e avaliações constantes, gerando mais e melhor o bem-estar das pessoas.

Desenvolver as capacidades, esse é o ponto! Desenvolvimento entendido como processo de expansão das liberdades reais nas pessoas. Porque em definitiva, o que queremos saber é se a justiça pode ser aplicada, não somente como razão teórica, e sim como razão prática e, que possa contribuir no amadurecimento da razão pública que legitima a própria democracia. Oferecer oportunidades, recursos e capacidades necessárias para alcançar a autonomia, tendo uma vida justa, livre e digna. Isto é, abrir espaços no processo da superação da pobreza.

O MICROCRÉDITO COMO INSTRUMENTO DA ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Um exemplo que podemos colocar entre os muitos que podemos encontrar, é o do microcrédito. Tradicionalmente, se tem parametrizado a pobreza quase exclusivamente através de indicadores de desigualdade e insuficiência de renda³ – coeficiente Gini, índice de desenvolvimento social, índice de pobreza humana etc. –, gerando o famoso conceito de “exclusão social”. Por exclusão social, entendemos o resultado ou resultados de processos de desconexão, de perda de vínculos pessoais e sociais, que fazem que para uma pessoa ou coletivo lhes seja muito difícil aceder aos recursos e oportunidades de que uma sociedade dispõe. (Eugenio & Chowdhury, 2009, p. 236). Com isso, queremos dizer que quando falamos de pobreza

3 Pobreza absoluta ou extrema: que representa a situação de carência de recursos materiais imprescindíveis para a subsistência. No Brasil, a pobreza absoluta aumentou, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2019. O contingente é de 13,7 milhões de indivíduos e representa 6,5% da população brasileira vivendo com menos de 1,90 \$ (151,00 RS por mês) segundo a cotação e metodologias usadas nas pesquisas. E quase 52 milhões na pobreza – com renda de até R\$ 436 por mês. Pobreza relativa: ocorre quando um indivíduo ou uma família tem o mínimo necessário para subsistirem, mas não possuem os meios necessários para viver de acordo com a área onde estão inseridos, nem com pessoas de status social comparável. (Oliveira, 2017)

e exclusão social, queremos descrever os problemas que sempre têm acompanhado a pobreza, através de uma conceptualização de novas formas de desigualdade e desajuste social que nem sempre são vistas pelos parâmetros oficiais e convencionais.

Segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2019) sobre o desenvolvimento humano, a chance de ser excluído aumenta para as camadas da população com renda mais baixa, como as mulheres, desempregados, pensionistas, estudantes e famílias monoparentais. A transcendência da exclusão financeira resulta muito mais importante do que aparentemente poderíamos imaginar, porque sua concentração nos coletivos mais desfavorecidos contribui para o agravamento da exclusão e da pobreza. O que gera o “círculo vicioso da pobreza”, já que os ingressos que recebem os pobres são destinados essencialmente a cobrir suas necessidades primárias, pelo que sua capacidade de poupar para a inversão em pequenos projetos de autoemprego, por exemplo, seja praticamente impossível ou ineficaz. O pobre não tendo autonomia financeira, será muito difícil que possa sair da pobreza e da exclusão social.

Uma capacidade forte, gerada e sustentável localmente, é essencial para o êxito de qualquer atividade vinculada com o desenvolvimento. Sem tal capacidade, a integridade dos resultados do desenvolvimento pode estar comprometida e os avanços podem não ficar bem alicerçados, resultando ilusórios, isolados das capacidades já existentes e vulneráveis às dificuldades cada vez mais graves e complexas que enfrenta o mundo na atualidade. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2009, p. 7, tradução nossa).

O objetivo dos microcréditos⁴ é reduzir os índices de pobreza no mundo através de melhoras nas condições de vida das pessoas mais desfavorecidas e tirar do círculo da pobreza milhões de pobres que não têm esperança de futuro. Os beneficiários desses programas são pessoas excluídas pelos sistemas financeiros convencionais, por isso sua origem está nos países menos desenvolvidos e nos coletivos mais vulneráveis. Sua origem nasce em Bangladesh com a criação do Grameen Bank – o Banco da Aldeia – pelo economista e defensor dos direitos humanos Muhammad Yunus, prêmio Nobel da Paz em 2006.

Tendo sua origem nos anos 1970, se transformou em banco independente em 1983. O objetivo do Grameen Bank é trabalhar à margem dos métodos bancários tradicionais, dando microcréditos aos seus membros, e incluindo em seus serviços bancários aos que estão econômica e socialmente fora do sistema financeiro convencional. Concede crédito aos mais pobres, ou seja, aos que não possuem nenhum tipo de garantia, sendo o empréstimo mesmo a origem de um processo que seja capaz de romper com o círculo vicioso da pobreza.

Atualmente, o Grameen Bank é a maior entidade de crédito do país. Tem mais de 7 milhões de clientes, dos quais 97% são mulheres junto com suas famílias. Desde seu começo nos anos 1970 passado até finais de 2007, tem desembolsado mais de 3 bilhões de dólares, destinados à produção de atividades econômicas, especificamente o auto emprego, melhorando significativamente as condições de vida das pessoas que vivem na pobreza. Os objetivos são muito claros:

- a) estender os serviços bancários a homens e mulheres pobres das zonas rurais;
- b) eliminar a exploração dos pobres por parte dos prestamistas e usurários;
- c) criar a possibilidade de ser autônomo para os desempregados das zonas rurais; d) oferecer aos mais desfavorecidos, fundamentalmente mulheres de famílias pobres, a possibilidade de entrar em tipos de organização que sejam capazes de lutar por si mesmos.

4 Programas de concessão de pequenas quantias aos mais necessitados entre os pobres, para que estes possam pôr em ação pequenos negócios que gerem oportunidades de melhorar suas vidas e de suas famílias.

O crédito é a chave para o rendimento do desenvolvimento das pessoas, das famílias e dos povos. Por isso, deveria ser incluído como um direito humano, já que com acesso ao crédito se pode ter dinheiro que será traduzido em alimentação, moradia definitiva, dignidade etc. Quando se aceita que o pobre é capaz, que tem possibilidades e criatividade suficientes para transformar isso em energia, em ação, isso se transforma em trabalho, em autoestima, valorização das próprias capacidades e vontade para assumir um “outro” papel na sociedade, dando muito mais protagonismo econômico, social e político aos pobres.

Muhammed Yunus está convencido de que podemos realmente vencer a pobreza através dos microcréditos e viver em um mundo sem ela. A forma mais fácil de conseguir isto é oferecendo aos pobres um fácil acesso ao crédito bancário, coisa que até agora lhes foi denegado porque os pobres persistem na pobreza, não porque queiram manter-se nela e sim pelos muitos obstáculos gerados pelos que lucram com a miséria dos seus semelhantes para que deixem de ser pobres. A tarefa agora é romper com essas barreiras. (Eugenio & Chowdhury, 2009, p. 255, tradução nossa)

Os direitos humanos, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2020), é uma magnífica contribuição em que se analisam os paradigmas da liberdade e o da dignidade humana. Os direitos humanos agregam valor às prioridades do desenvolvimento. O desenvolvimento humano, por sua vez, dirige sua atenção ao contexto socioeconômico em que os direitos humanos possam ser realizados ou possam ser ameaçados. Dessa forma, o desenvolvimento contribui na formulação de uma estratégia de longo prazo para que os direitos humanos se façam realidade.

Por tudo isso, resulta muito interessante explicar a experiência do Grameen Bank e o impacto que tem em Bangladesh e estudar os métodos que tem usado para sua implantação e seu êxito, para que essa experiência seja aplicável e transferível para outras realidades econômicas. Uma experiência, a partir de um sistema econômico adaptado às necessidades dos coletivos mais desfavorecidos, muitas vezes marginal e insuficiente dentro do grande sistema financeiro mundial, mas que para eles o suficientemente necessário para elevar o nível de vida, recupera sua dignidade e dar os primeiros passos para o desenvolvimento autêntico e a erradicação da pobreza.

Em definitiva, podemos dizer, que para que exista um autêntico avanço no desenvolvimento das capacidades dos indivíduos, se devem dar três fatores: um entorno favorável, entendido como um amplo sistema social; as instituições, enquanto estruturas políticas e de procedimentos; e as pessoas, respeitando suas aptidões, experiências e conhecimentos. Dessa forma, podemos entender o desenvolvimento como processo, sempre em constante evolução e transformação, a partir das capacidades de seus próprios atores. Investir no desenvolvimento de capacidades de incentivo humano é investir em sustentabilidade econômica, social, política e ambiental.

Modelos de desenvolvimento alternativos requerem novas formas de participação direta dos mais pobres, para incrementar os ingressos e as melhorias nas condições de vida. A ESS seria mais um exemplo de modelo alternativo de desenvolvimento e de erradicação da pobreza no mundo. O microcrédito não é a solução definitiva para combater o desemprego, a exclusão social e a pobreza, embora tenha ajudado milhares de pessoas e famílias em várias partes do mundo. Mas é, sem dúvida, um instrumento eficiente para tal, desde que aliado a outras políticas, como exemplo, identificação das necessidades de geração de emprego local, com participação da comunidade e as prefeituras nesses programas; alfabetização e capacitação profissional; apoio à cultura empreendedora e ao primeiro negócio, dentre outros.

ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA: UMA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ESCALA HUMANA E DO BEM COMUM

As crises financeiras e de alimentos, o câmbio climático, a pobreza persistente, o aumento das desigualdades, a concentração de renda e nestes últimos tempos a pandemia pelo coronavírus têm levado a uma problematização profunda, das medidas tomadas com relação ao crescimento e ao desenvolvimento convencional.

Pensamos que esta interconexão entre crescimento e desenvolvimento, como se vem manifestando nos últimos 70 anos levam a uma série de múltiplos efeitos como: as desigualdades sociais, as crises ambientais e as assimetrias geradas entre grupos e indivíduos pela desgastante relação entre a riqueza e o desenvolvimento no acesso aos bens básicos, recursos de poder etc. Aquelas populações que já se encontram marginalizadas de diferentes formas – econômica, social, cultural, política e ambiental – são relativamente vulneráveis aos impactos das transformações econômicas. Portanto, existe a necessidade urgente de incorporar ainda mais desenvolvimento socio sustentável em todos os níveis, integralizando seus diferentes aspectos e reconhecendo os vínculos existentes entre eles. Vínculos que vão além do econômico e que visam uma proposta de justiça e de sistemas econômicos que rompam com o monopólio da economia standard e se tenha mais em conta as comunidades locais. Nos encontramos diante de um momento oportuno para tomar em consideração formas de atividade econômica que alcancem um equilíbrio entre objetivos econômicos, sociais e meio ambientais.

Podemos aprender lições importantes dentro do campo da ESS que possam dar resposta aos complexos desafios do desenvolvimento humano. O que se pretende aqui neste estudo é recuperar a dimensão humana e ética na economia. O que é a ESS? O papel da ESS é tornar-se agente transformador do crescimento econômico inclusivo e do comércio justo, como também incentivar a coesão social. A ESS se caracteriza pela presença de organizações, empresas e redes de natureza diversa, mas que compartilham característica comuns em termos de objetivos de desenvolvimento, em formas organizativas e valores. Essas características aspiram a um modelo de desenvolvimento que está em contraposição com os enfoques da maximização de benefícios e com frequência dirigidos pelas corporações que têm prevalecido nas últimas décadas. A ESS trata de mobilizar e redistribuir os recursos e os excedentes de forma proativa, com formas inclusivas que satisfaçam as necessidades essenciais das pessoas. Embora a rentabilidade seja uma característica de muitos tipos de empresas ligadas à ESS, em todo caso, esse excedente serve de investimento em projetos locais e com fins sociais. Ainda mais, a ESS promove o empoderamento econômico e político das pessoas desfavorecidas e de outros implicados na justiça social e meio ambiental.

O desafio do desenvolvimento socialmente sustentável para a ESS inclui várias áreas de ação, que envolve valores éticos em três áreas: a econômica, a social e a ambiental. Algumas ações que podemos pensar para o desenvolvimento de valores éticos seriam: a transição de uma economia formal para a dignidade do trabalho, ecologizar a sociedade e a economia, impulsar o desenvolvimento local, construção de cidades sustentáveis, estratégias de benefício de pequenos grupos e dos agricultores rurais, projetos de saúde e de finanças pensados cada vez mais universalmente.

A ESS é um enfoque econômico que favorece a descentralização e o desenvolvimento local e está direcionada por valores éticos como a solidariedade, o comércio justo, o voluntarismo e o bem-viver. É holístico no sentido de que organizações, empresas e redes da ESS perseguem, ao mesmo tempo, uma combinação de objetivos econômicos, sociais, meio ambientais emancipadores. Proporcionam oportunidades como a criação de emprego, acesso aos mercados, intermediação financeira e economias de escala. Na esfera social, oferece uma melhor proteção, já que se constrói a partir dos princípios do mutualismo, solidariedade, reciprocidade e defende a proteção social integral.

Outra característica é que oferece voz e representação através da auto-organização, a governança participativa e a ação coletiva, e que podem ter um impacto positivo especialmente em tempos de crise. Esse enfoque multifacetado distingue a ESS de outras formas de organização ou empresas sociais associadas aos setores público e privado, como também da economia informal.

Podemos resumir quatro estratégias bem definidas da ESS, a promoção do desenvolvimento desde uma perspectiva integradora, democrática e justa:

- a) **Participação popular:** para ter êxito, requer da participação direta dos beneficiários e de todos aqueles que possam ser impactados. Deve exercer um papel não meramente consultivo. É uma questão de repartição de poder. Conceitos como autonomia e autarquia são indispensáveis na redefinição do problema. Trata-se de uma democratização do poder político e econômico. É um enfoque baseado na mobilização popular e na educação política, no fortalecimento das políticas públicas, na justiça social. Capacitar, especialmente aos mais pobres, nos direitos e deveres, na autonomia de agência com relação ao seu papel na conquista da cidadania, é fundamental para ter um desenvolvimento sustentável equilibrado. (Barkin, 1998, p. 30). Existe uma conexão muito forte entre participação popular, sustentabilidade e pobreza, já que como temos afirmado anteriormente os problemas sociais e ambientais devem ser transformados em programas de desenvolvimento que tragam para os pobres acesso ao progresso e a uma autogestão dos recursos do planeta.
- b) **Segurança alimentar e nutricional:** a alimentação é um direito fundamental para a vida humana que se deve entender desde uma perspectiva integral: acesso, consumo e disponibilidade dos alimentos. O acesso a alimentos continua sendo uma triste realidade, em que o direito a uma alimentação digna nem sempre é possível para milhões de pessoas e, portanto, a dignidade e o valor da pessoa também são negados. O direito a uma alimentação adequada se exerce quando todo homem, mulher ou criança, já seja de forma individual ou com outros, tem acesso físico e econômico, em todo momento, à alimentação adequada ou a meios para obtê-la. Se trata não somente de reivindicar uma segurança alimentar e nutricional, como também exercer uma soberania alimentar, através de posicionamentos políticos que reivindicam maior autonomia, contra os efeitos do sistema econômico convencional dominante. Os Estados têm a obrigação básica de adotar as medidas necessárias para mitigar e aliviar a fome, inclusive em casos de desastres naturais ou de outra índole. Tudo isto nos leva a entender que o direito à alimentação de qualidade é um processo em que os protagonistas, neste caso, são os agricultores rurais, os camponeses, os pequenos e excluídos pela agricultura convencional, como todos aqueles que nas grandes cidades não têm uma alimentação adequada. A saúde humana está intimamente ligada com a comida e com a qualidade dos alimentos, que ao mesmo tempo estão condicionadas pela qualidade do solo e da água. Uma agricultura industrial ligada cada vez ao uso de pesticidas e agrotóxicos está gerando cada ano inúmeros problemas para a saúde humana, para a biodiversidade e para a deterioração do solo e do ciclo hidrológico. (Karam et al., 2015)⁵ Todos esses sintomas se manifestam em populações inteiras desnutridas, surgimento de epidemias a médio e longo prazo e insuficiência alimentar, especialmente com as populações mais pobres e carentes. (Horrigan et al, 2002 apud Sicard, 2012, p. 90-98)
- c) **Segurança, soberania e autonomia** devem convergir não somente discursivamente, como também politicamente, em que a responsabilidade seja repassada dos pequenos para os grandes, para que as desigualdades existentes sejam assumidas como desafios sociais, culturais, políticos, ambientais e éticos.

5 Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no mundo se consomem aproximadamente 2,5 milhões de toneladas de agrotóxicos por ano. O Brasil desde 2008 é o primeiro produtor e consumidor de agrotóxicos do mundo. Se no resto do mundo este setor tem crescido um 97%, no Brasil tem crescido um alarmante 190% segundo os dados fornecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). (Karam et al., 2015).

d) *Regeneração ambiental através do desenvolvimento autônomo*: na economia global, as estratégias que vêm de arranjos políticos precários, não favorecem à grande maioria dos pequenos produtores rurais dos países pobres. Não podem competir nos mercados internacionais com produtos básicos ou primários, isto é um fato cada vez mais consumado. Temos uma herança maldita com relação ao desenvolvimento, em que a ideia de sustentabilidade se tem visto prejudicada e anulada por decisões políticas que favorecem a tecnologia e o financiamento econômico dos produtores das nações ricas. Deixando um mercado muito pequeno e local para os produtos tradicionais dos pequenos produtores dos países em desenvolvimento ou pobres. Os pequenos produtores rurais marginalizados oferecem uma promessa importante: se se fomenta sua produção, podem sustentar-se por si mesmos e fazer contribuições importantes ao resto da sociedade. A busca pela sustentabilidade ambiental e a participação popular tem a finalidade de criar estratégias, para que as comunidades camponesas, tradicionais, indígenas e ribeirinhas revitalizem e revalorizem a contribuição local e tradicional. A sustentabilidade socioambiental é um processo e deve implicar transformações nos planos econômico, cultural e ambiental que consigam favorecer espaços de desenvolvimento a escala humana, em que a auto dependência e a democratização dos processos sejam seu meio, fim e valor irredutíveis.

Por isso pensamos que hoje mais do que nunca se faz necessário, recuperar as práticas agroecológicas como um novo paradigma, para que o desenvolvimento à escala humana seja uma realidade. A agroecologia pensada e praticada como ponte em que se possa unir o desenvolvimento (economia) com o manejo dos recursos naturais de forma sustentável (ecologia); isso nos ajudará a encontrar razões para desmitificar o desenvolvimento como crescimento de forma como a agricultura e a economia convencionais defendem; a agroecologia incorpora valores e princípios éticos através de práticas socioambientais (responsabilidade, precaução, equilíbrio, equidade); promove o desenvolvimento de forma integrada (social, cultural, política e ambiental) e aproxima o camponês, o pobre, os movimentos sociais, as ecologias populares, e as mulheres e as famílias a um protagonismo político, como agentes econômicos e sociais, que reivindicam seu lugar na sociedade através de uma maior emancipação e liberdade, criando espaços de discussão, deliberação e gestão – os três quesitos para uma razoabilidade pública – como prática democrática que fortalece a justiça (Ferriz, 2017, p. 265).

A ESS é uma corrente transformadora, pois propõe que existem formas diferentes e variadas de organizar-se economicamente. Não apresenta uma única forma para que se materialize o processo de transformação, pelo contrário, surge da experimentação, da prática e do conhecimento compartilhado. A realidade construída e compartilhada com bases solidárias serve de exemplo a outros coletivos para iniciar novos processos, contribuindo com novos saberes como o comércio justo, os mercados sociais etc. Essa é a forma em que a solidariedade se incorpora aos processos econômicos. Ainda vai além, já que além de empoderar aos sujeitos, recuperam neles sua dimensão política através da autogestão a nível local, reivindica o tipo de desenvolvimento que desejam viver sem uma imposição externa por parte do Estado ou de políticas comerciais com outros países. A ESS se transforma em resposta perante as novas condições impostas pelo desemprego e a exclusão crescente, como também em projeto de atores sociais implicados na busca de alternativas ao modelo econômico dominante.

2. POBREZA E ALTERIDADE

A relação conceitual e epistemológica desenvolvida entre pobreza e desenvolvimento na seção anterior nos leva nesta segunda parte do nosso estudo a refletir sobre a pobreza, a ética e a alteridade. Por trás dos conceitos, existem pessoas que possuem vidas reais e problematizações concretas para si e para suas famílias. Infelizmente, às vezes tratamos o pobre mais como parte das estatísticas, como produto histórico-cultural, como parte da “estética” das nossas cidades ou das omissões na nossa cotidianidade e não aprofundamos no problema que está por trás de tudo isso: o que continua gerando pobreza na nossa sociedade? Quem são esses pobres? É possível erradicar a pobreza?

Vamos propor uma racionalidade poética, simbólica, hermenêutica e solidária que nos possa abrir a possibilidade para uma gênese da moralidade em que possam ser substituídas categorias como a indiferença e a omissão com relação ao outro. Substituir a racionalidade instrumental proveniente de uma economia de mercado, na nossa sociedade atual, requer uma nova proposta de racionalidade que se apoie no real e no simbólico. Esse tipo de “discurso” mercadológico atual da economia, fecha a porta para o outro, porque o trata como objeto e não como sujeito. O outro fica velado, sem identidade, sem história, sem “topos” e sem “ethos”. Este tipo de racionalidade toma suas fontes e princípios no valor intrínseco da vida humana (Jonas, 2004).

Para que esse novo discurso seja possível será fundamental a ética, como reconstrução dos conceitos de vida e de sustentabilidade. A ética é o caminho para que o sentido retorne a ser e ter sentido, em que paixão e sentimento se reconectam com a razão. A ética não é só uma teoria fundamentada em princípios gerais. A nossa realidade é multifacetada e deve ser metodologicamente analisada de forma interdisciplinar, para que a ética possa ser aplicada, devido ao alcance das nossas ações e os problemas levantados por esse alcance. Deve integrar o bem humano ao bem do mundo. Lograr uma convivência harmônica entre estranhos morais dentro das difíceis sociedades modernas democráticas, desde o consenso, o diálogo e o pluralismo (Elizalde, 2005).

A ética é um tipo de saber que pretende orientar racionalmente nossas ações. Tanto na sua raiz latina “mos” ou na grega “ethos”, a ética nos indica que está ligada às entranhas do ser humano, ao caráter, aos costumes e à ação. Podemos dizer que a ética tem como três funções: esclarecer, fundamentar e aplicar. Esclarecer as categorias do moral; fundamentar as razões do nosso comportamento moral; e aplicar na vida, levar à sua aplicação nos diferentes âmbitos da vida social. Cada vez mais a ética deve responder aos problemas morais inéditos que são propostos pelo desenvolvimento, pela globalização, pelo pluralismo moral das sociedades democráticas, entre outras, em definitiva se somos capazes de erradicar a pobreza absoluta. A questão ética, na prática, se manifesta através de certo sentido de responsabilidade que nasce de nossa relação com as pessoas. Essa responsabilidade dá lugar a relações normativas, isto é, a um conjunto de obrigações que passam a ser socialmente válidas, adquirindo o status de normas ou valores de uma determinada sociedade ou grupo social.

A ética *da e para* a vida é uma ética do ser na qual devem aninhar os sentidos da existência, para pensar a vida e a sustentabilidade como um movimento, como devir conduzido pela dimensão do ser. Para tornarmos irmãos (com) sentidos, solidários em nossos diretos de ser, de sermos diferentes, de sermos únicos, unidos em nossas especificidades. Para isso, a ética deve ser criativa, capaz de reconstruir pensamentos e sentimentos que conduzem o ser humano para uma vida boa e saudável. Não pode ser sem mais uma deontologia, um “dever-ser” sem sentido, uma obediência acrítica a preceitos e princípios, mas levar aos indivíduos a uma contínua renovação.

Por tanto essa ética do desenvolvimento que propomos se fundamenta também na política, uma política que tem como objetivo a construção de uma nova racionalidade produtiva que fundamenta uma nova economia, como condição de vida e sustentabilidade (Leff, 2009). Isso é fundamental para entender a função

política da ética do desenvolvimento sociossustentável. A ética apela ao sujeito individual, mas seu destino é o bem coletivo. O bem comum se constrói em relação com o outro; está orientado para o futuro e transcende desta realidade para aquilo que ainda não é, através do reconhecimento das potencialidades do real e da criatividade humana. Recupera a capacidade de agência, a autonomia e a diferença como princípios de vida.

Tudo isso que estamos afirmando nos leva a pensar em uma nova relação com o outro, entre os diferentes seres humanos de forma próxima e com o meio ambiente de forma estendida. Como nossas ações ou omissões podem afetar positiva ou negativamente a outras pessoas ou a biosfera.

Depois desta pequena introdução sobre o campo do ético, do ethos na sociedade e como continua sendo necessário para o direcionamento do nosso agir, vamos agora apresentar alguns dados, informações sobre a pobreza no Brasil que podem e devem nos ajudar a refletir de forma aprofundada e madura, sobre este gravíssimo problema social e quais alternativas que temos para a sua erradicação. Não vamos elaborar um manual, com lições rápidas sobre como eliminar a pobreza. Nos interessa sobretudo a reflexão! Uma reflexão que parte da realidade e que nos deve levar a questionamentos sociais, éticos e morais de forma individual e coletiva. O combate à pobreza deve estar revestido de uma ética específica.

A origem da ação (sua causa eficiente, não final) é a escolha, e a origem da escolha é o desejo e o raciocínio dirigido a algum fim. Eis o porquê de não poder a escolha existir sem a razão e o intelecto, nem sem uma disposição moral, pois as boas e as más ações não podem existir sem uma combinação de intelecto e caráter. (Aristóteles, 2006, p. 129)

ERRADICAÇÃO DA POBREZA. É POSSÍVEL? É DESEJÁVEL?

Segundo os dados da ONU, erradicação da pobreza é o primeiro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Sendo que os ODS são compostos de 17 objetivos e 169 metas a serem atingidas até 2030 pelos países membros da ONU. E o princípio desses ODS baseia-se em “reduzir pelo menos à metade, até 2030, a proporção de homens, mulheres e crianças que vivem na extrema pobreza, em todas as suas dimensões”. (Organizações das Nações Unidas, 2016)

A ONU criou em sua estrutura, na década de 1960, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para tratar das questões de desenvolvimento, com a percepção da importância dos conhecimentos e habilidades das pessoas para o processo de desenvolvimento. A missão do PNUD é trabalhar para erradicar a pobreza e proteger o planeta, ajudando os países a desenvolverem políticas, habilidades, parcerias e instituições fortes que possam sustentar o seu progresso. Apresentamos alguns dados que nos devem fazer pensar.

A população mundial aumentou 12,94% em uma década, saindo de 6,436 bilhões em 2004 para 7,2269 bilhões em 2014. Em contrapartida, o Produto Interno Bruto (PIB) mundial apresentou uma evolução de 80,42%, aumentado de US\$ 43.771 trilhões em 2004 para US\$ 78.972 trilhões em 2014, com uma evolução da renda per capita em 2004 de US\$ 6.626,84 para US\$ 10.922,32 em 2014, o que representa um acréscimo de 64,82%, conforme dados do Banco Mundial, ou seja, o mundo cresceu economicamente, produzindo e distribuindo riquezas. No Brasil, essa evolução ocorreu com um aumento de 267% do PIB, passando de US\$669.336 bilhões em 2004, para US\$1.796 trilhões em 2016. A renda per capita brasileira em 2004 foi de US\$3.300 e em 2014 de US\$12.020, ou seja, em 10 anos houve um acréscimo de 264%, entretanto, houve uma redução em 2016 para US\$8.840. A população total do país passou de 184.738.458 habitantes em 2004 para 207.652.865 habitantes em 2016 (Banco Mundial, 2017).

Então podemos nos perguntar: se o mundo está crescendo economicamente e o Brasil cresceu numa década um 264% com um PIB de mais de 8 mil dólares per capita, por que existem mais de 50 milhões de

peças na pobreza e, destes, 13 milhões na pobreza extrema? (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019) A resposta é desigualdade social, entre outras. Um país como o nosso que se encontra entre os países mais desiguais do mundo (na 8ª posição) e com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ainda muito baixo, ocupando um 84º lugar, sendo uma das principais economias do mundo (atualmente o Brasil ocupa o 12º lugar entre as economias maiores). Com relação ao Índice de Percepção de Corrupção (IPC) 2019 está entre os piores países, ocupando a posição 106ª de 180 países envolvidos. Uma situação inacreditável em que o Brasil se encontra, como muitos outros países da América do Sul e o Caribe.

Na Constituição Federal de 1988, que é a nossa Carta Magna, se garante no artigo 1º, alínea III que o Estado brasileiro tem como fundamentos “a dignidade da pessoa humana”; e no artigo 3º, alínea III, se defende que a República Federativa do Brasil tem como objetivo fundamental “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades tanto sociais e regionais”; como também no artigo 3º, alínea IV, “promover o bem comum de todos [...]” (Brasil, 2016, p. 11).

Devemos combater a fome no mundo não porque a pobreza extrema represente uma forma de desigualdade inaceitável e vergonhosa, nem por razões de violação dos direitos humanos, e sim por razões de humanidade. A fome e a pobreza extrema exigem de nossa ajuda ou assistência em virtude do vínculo ou relação que temos todos os seres humanos pelo simples fato de sermos. (Iglesias Vila, 2006). Nessa mesma linha de pensamento, a encíclica A marcha social da Igreja: texto das encíclicas: *Populorum progressio. Pacem in terris. Mater et magistra* (1967), do Papa Paulo VI, nos dão as chaves para um desenvolvimento solidário e integral que compreenda todas as dimensões do ser humano. O novo nome da paz é o desenvolvimento. Inclusive a última encíclica do Papa Francisco Carta encíclica *Fratelli Tutti: sobre a fraternidade e a amizade social* (2020) faz este apelo e instiga a toda a humanidade a vivenciar laços de solidariedade e fraternidade.

Neste momento atual, se torna fundamental cada vez mais, pensar, falar e propor valores. Valores que proponham uma ética humanista, que se fundamenta na dignidade da pessoa humana e que mesmo na pobreza ou na indigência, os indivíduos continuam a ser pessoas com direitos e deveres, com uma dignidade que deve ser respeitada. Está na hora de encararmos esta tarefa como responsabilidade de todos, já que todos somos de alguma forma, causa da pobreza e possibilidade de sua erradicação.

Para obter uma valoração global da importância ética de uma atividade, é necessário não só examinar seu valor intrínseco (se é que tem algum), mas também sua função instrumental e suas consequências sobre outras coisas, isso é, analisar as distintas consequências, intrinsecamente valiosas ou não, que essa atividade pode ter. (Sen, 1991, p. 95)

Recuperando a proposta da ética levinasiana: a responsabilidade nos deve levar à alteridade – ao encontro e reconhecimento do Outro – através da liberdade. Liberdade é transcendência, que nos direciona para a ação de algo que ainda não existe. É a forma de existir da existência, é a práxis entendida como a nossa forma de ser no mundo. Portanto, a ética se transforma em um pensar o Outro como diferença e que me leva a agir face a face de forma concreta e histórica. O vínculo, a relação, o reconhecimento recíproco compassivo cimentam a inclusão, a visibilidade, originam obrigações de respeito à dignidade humana, de justiça, e de abertura para um mundo de acolhimento gratuito, sem os rigores contratualistas. A ação reclama à consciência. Aprendamos a olhar o rosto do Outro de forma pedagógica e política para que a nossa prática exista com sentido.

[...] quem atua eticamente pressupõe a priori sempre in actu as exigências da reprodução e desenvolvimento auto-responsável da vida do sujeito humano, como mediações com verdade prática, em uma comunidade de vida, desde uma ‘vida boa’ cultural e histórica, que se compartilha solidariamente tendo por referência última toda a humanidade, e por isso, com pretensão de universalidade. (Dussel, 2004, p. 345, grifo do autor)

Se torna imprescindível fazer nossos os problemas dos outros, especialmente dos mais desfavorecidos. Pensamos que, fazer ou pelo menos reconsiderar o problema dos outros como os nossos problemas se transforme numa arte, numa arte pública, num projeto de cidadania com novos espaços de relação e de valorização, Tendo como núcleo central: a justiça, a igualdade, a solidariedade e o cuidado. Sem esses valores éticos básicos, aos quais convém acrescentar a liberdade, as relações humanas estão seriamente comprometidas – como objetivamente acontece atualmente (e não nos faltam exemplos) – e não haverá qualquer hipótese de enfrentar, de forma real e eficaz, as situações de pobreza. O filósofo alemão Pogge em sua obra *La pobreza en el mundo y los derechos humanos (2002)* formula o seguinte pensamento; inexoravelmente, a pobreza perseverará enquanto não sintamos que sua eliminação é moralmente imperiosa e que a solução vai além da filantropia e do assistencialismo. E aqui parece que está a raiz do problema! O mundo mais abastado, próspero e desenvolvido não acha que o problema da erradicação da pobreza seja moralmente necessário. Tem pouco conhecimento sobre a real situação e perante essa superficialidade e omissão – aporofobia⁶ em muitos casos –, como afirma Cortina (2017), se contenta em colocar remédios paliativos morais e jurídicos no melhor dos casos. Talvez a maior esperança dos pobres esteja na nossa reflexão moral!

Tudo isso está conectado à ideia de um desenvolvimento que seja sociossustentável e aplicável em democracias promotoras de dignidade, de paz e dos direitos das pessoas. Já que como muito bem afirma Kolm (2000, p. 592) “Paz sem justiça é opressão, espoliação e violação da dignidade. A dignidade sem justiça promove guerras pelo que é devido por direito e pela liberdade. Somente a justiça permite o reino da paz e da dignidade”.

Refletindo sobre tudo isso que estamos analisando neste artigo, alguns autores como Cortina (2017) propõem uma ética da reciprocidade, que justifique ações altruístas que não se limitam às relações de parentesco, argumentando que a ajuda mútua é mais compatível com a sobrevivência que a competição e o conflito. Portanto, para se estar à altura do sonho compartilhado, é necessário o reconhecimento recíproco da dignidade e a compaixão para romper barreiras e universalizar o cuidado. Outro autor o brasileiro Leonardo Boff nos apresenta a ética do cuidado. O cuidado funda uma ética da relação respeitosa entre as pessoas de diferentes status sociais, cuidado com a natureza, curando feridas passadas e evitando futuras, e também a participação da sociedade que cria o sujeito coletivo que implementa todas as iniciativas. O resultado de tudo isso é a emergência de um tipo de sociedade que valorize a vida em todas suas expressões. (Boff, 2012) A dimensão ética em nossas relações exige “a concretização do cuidado” com os outros, com a sociedade e com o planeta. (Ferriz, 2020, p. 149)

Para que isso possa ser algum dia uma realidade, estamos convencidos que somente será possível através de um processo generalizado de educação que possa criar novas mentes e especialmente corações, como já intuía e afirmava Paulo Freire (1987, p. 87): “A educação não muda o mundo, mas muda as pessoas que vão mudar o mundo”.

6 Rejeição ao pobre, aquele que não participa do jogo político-econômico senão para demandar, para exigir do Estado, e do contrato político, atenção sem possibilidade de devolução financeira. Sobre essa temática, aconselhamos a leitura de Cortina (2017)

A EDUCAÇÃO MORAL PERANTE A POBREZA: O DEVER PELO RECONHECIMENTO DO OUTRO

A pobreza é um fato social que afeta às pessoas: umas vezes privando do direito à vida, outras produzindo doenças evitáveis, sempre obstaculizando o desenvolvimento de capacidades humanas; a situação da pobreza extrema vulnera a dignidade das pessoas. A luta contra a pobreza é um projeto moral e político, de primeira magnitude; da supressão ou minimização da mesma depende a solução de muitos problemas que afetam as sociedades atuais como certas situações de violência, as migrações e as guerras. Então, nos perguntamos: como pode a educação, em suas diferentes instâncias, participar em tal projeto moral? Essa é uma questão que tem que enfrentar a educação moral.

Como educar os indivíduos, especialmente os jovens, em conhecimentos, em sentimentos e capacidades de ação para que se comportem como sujeitos morais? E como fazer isso quando os contextos escolares, familiares e sociais representam um clima alheio aos valores morais?

Daí o interesse por construir condições institucionais e práticas sociais que ajudem a levar condutas morais. A moral é uma responsabilidade dos sujeitos, já que aquilo que deve ser feito remete à sua consciência, mas é uma responsabilidade que, em grande medida, se aprende e se exerce criando condições sociais e familiares que convidem à reflexão, ao juízo, ao sentimento e à conduta moral.

As práticas morais são um tipo de prática social quando nelas se manifestam um ou vários valores morais. Nesse caso concreto em que estamos discutindo sobre a pobreza e os prejuízos que causa, se continuarmos a deliberar sobre o modo de orientar as ações pessoais e coletivas para combater a pobreza, se participarmos na criação de agências de cooperação nacional ou internacionais, se continuarmos a pressionar aos governos através das redes sociais para cumprir as promessas ou se continuarmos a discutir as políticas governamentais sobre equidade na saúde e na educação dos cidadãos, se combatermos as tentativas do poder político de recortar as liberdades civis e políticas como atentados à dignidade das pessoas etc., então essas práticas sociais, caracterizadas como morais já que envolvem valores morais, estão produzindo a educação moral das pessoas que participam delas, ao mesmo tempo que moralizam às instituições e à vida pública. O professor Puig Rovira (2003, p. 142, tradução nossa) o expressa de forma belíssima quando afirma:

Uma prática efetiva, realiza ou atualiza os bens ou valores que lhe são inerentes. Uma prática é uma ação moralmente informada, daí que as práticas não sejam um meio para produzir o bem ou os valores aos que se aspira, mas o local em que se encarnam e vivem os valores... Quando projetamos a realização de assembleias na sala de aula queremos alcançar os objetivos mencionados anteriormente (dar informação, organizar e avaliar o trabalho escolar, regular a convivência e estabelecer as atividades recreativas), mas também pretendemos avaliar a cada passo valores como a participação, a responsabilidade e o diálogo. Quando organizamos a sala de aula em pequenos grupos impulsionamos a vivência constante de valores como o companheirismo, a ajuda mútua e a cooperação.

Como parte final do nosso trabalho apresentamos algumas linhas de práticas morais para a educação perante a pobreza, a partir de Sánchez, García López e Pérez (2003, p. 203-210).

O DESENVOLVIMENTO SOCIOSSUSTENTÁVEL

Ao longo da primeira seção do nosso trabalho já insistimos neste postulado, mas se faz necessário a construção de uma nova cultura do meio ambiente, da sustentabilidade e das novas relações socioeconômicas. A mudança de enfoque e, sua aplicação prática deve ser um reajuste perante os desajustes com os quais nos enfrentamos; uma decisão de sensatez científica e social para garantir paz e um futuro melhor para a humanidade. A cultura da sustentabilidade comporta a adoção de valores morais como a justiça e a solidariedade. O desenvolvimento socioambiental é fundamentalmente um projeto moral. Ferriz (2020, p. 121-122) defende que:

O desenvolvimento, inclusive desde o enfoque das capacidades, não poderá se concretizar se as pessoas não gozam de um ambiente sadio onde aplicar essas capacidades, não haverá saúde física, ainda menos emocional, em um entorno perturbado e caótico; e com isso a vida digna das pessoas desta geração e a de as futuras gerações nunca se concretizará. Discutir pobreza e meio ambiente tem como telão de fundo o desenvolvimento. Todo conceito de pobreza se baseia de modo explícito e implícito em uma certa concepção de desenvolvimento.

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A dignidade da pessoa e o valor da vida exigem o compromisso ético de esquecer egoísmos e faltas de solidariedade e enfrentar a violência da morte. Amar a vida é lutar pelas condições de sua possibilidade, quando se veem afetadas. A cooperação para o desenvolvimento dos povos é uma expressão do movimento pela vida, já que a miséria e a fome produzem milhões de mortos. É uma forma de praticar a responsabilidade compartilhada, fortalecendo a cidadania universal (Cortina, 2003), a visão universal dos problemas sociais (neste caso a pobreza), e a colaboração se legitima por questões de justiça. (Walzer, 1993) A ética deve estar no centro da cooperação para o desenvolvimento. (Goulet, 1999). É o que afirmamos quando refletimos sobre a ESS e o microcrédito, já que essas práticas socioeconômicas se constituem a partir de princípios como o mutualismo, a solidariedade e a reciprocidade, e defendem a proteção social integral.

O CONSUMO JUSTO E RESPONSÁVEL

A educação moral perante a pobreza exige a austeridade de quem vive nos países desenvolvidos, pessoas e instituições. Não se pretende afirmar que não se consuma; já que o consumo pode entender-se de forma positiva quando não afeta negativamente aos outros, quando é justo para as gerações futuras, respeita a capacidade do planeta e estimula o surgimento de comunidades produtivas e criativas. O imoral é o consumo supérfluo e narcisista, que gera a exclusão e a humilhação de aqueles que não satisfazem suas necessidades básicas. A autorrealização pessoal e o desenvolvimento de capacidades são uma boa meta educativa, mas sempre desde a prudência entendida como equilíbrio e prática da justiça especialmente com aqueles que não têm direito ao usufruto dos bens para terem uma vida digna.

A PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS DE VOLUNTARIADO

A ética da responsabilidade exige o compromisso com a transformação dos cenários sociais em que se produzem as relações reais das pessoas e as condições políticas e econômicas que provocam a pobreza e a exclusão das pessoas e dos países. A ética da responsabilidade obriga à ação, que é a única faculdade que temos para produzir as mudanças políticas e sociais necessárias, formando coletivos e participando nas organizações e movimentos de cidadania para que as ações possam ter possibilidade de êxito. Por exemplo, na Universidade Católica do Salvador (UCSal), se incentivou a prática do voluntariado através do Programa *UCSal em Movimento*, em que os estudantes estavam envolvidos em assuntos das comunidades da cidade de Salvador e fortalecendo o exercício da cidadania, fomentando aprendizado e polindo a personalidade moral dos alunos envolvidos.

A FORMAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA A FORMAÇÃO POLÍTICA

Fomentar as práticas morais nos indivíduos e especialmente nos mais jovens também está centrado na formação de competências dos estudantes e dos cidadãos como agentes na vida pública de seus países. A participação responsável na sociedade civil exige competências para dar razões, para deliberar, decidir projetos de ação e levar em frente tais projetos. Como também exige preparação dos cidadãos para exigir de seus governos razões e justificações políticas e criar os procedimentos para poder efetuar-las (Cortina, 1997).

A gestão para o desenvolvimento e a luta contra a erradicação da pobreza não podem cair em mãos de governos incompetentes e irresponsáveis. Temos muito conhecimento sobre políticas econômicas e sociais, mas poucos países as aplicam de forma efetiva. Por isso, é importante, a educação para a promoção de uma participação muito mais ampla nas instituições e nas normas que afetam as vidas das pessoas, com a finalidade de assegurar resultados mais equitativos. A participação fomenta a ação individual e coletiva e é um motor de progresso para temas do desenvolvimento humano como a erradicação da pobreza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do nosso trabalho, ficou definida a necessidade de reformular a ideia de desenvolvimento para que possa ser mais justo, equitativo e operacional, aproximando a ética, a economia e a política em direção a uma sociedade mais inclusiva socialmente, sustentável ecologicamente e viável economicamente. Para que essa nova concepção de desenvolvimento possa se concretizar, pretende-se habilitar cada ser humano a colocar em prática potencialidades, capacidades, talentos, na busca por autorrealização e felicidade através de empreendimentos individuais e coletivos que favoreçam o exercício pleno dos direitos humanos e a expansão das liberdades substantivas em sociedades democráticas.

Enquanto os números da pobreza e a desigualdade social não diminuem drasticamente, nunca se alcançará uma sociedade justa e equitativa, e ainda menos sociedades democráticas saudáveis. Consideramos que para atendermos o objetivo de proporcionar aos que mais precisam uma vida decente, em um planeta habitável, e reduzir ou erradicar a pobreza no mundo, atitudes devem ser tomadas. Atitudes sociais, políticas e jurídicas urgentes e, especialmente éticas, perante uma situação de urgência, como é a de milhões de pessoas morrendo no mundo por causa da pobreza e da fome. Nesse caso, o importante é agir e fazê-lo bem. A razão deve justificar os deveres, e estes na sua representação racional justificam a ação. Optar pelo compromisso não é uma possibilidade a mais, mas uma exigência moral que brota do dever moral, da responsabilidade social e do reconhecimento de que os pobres são seres valiosos, que eles não têm preço, e sim dignidade. Que nossa razão não se torne asséptica, amorfa e omissa! Seria uma pena para o planeta. Um clamor à reflexão sobre o processo civilizatório e a desumanização na nossa contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aristóteles. (2006). *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martins Claret.
- Barkin, D. (1998). *Riqueza, pobreza y desarrollo sostenible*. México: Editorial Jus y Centro de Ecología y Desarrollo.
- Boff, L. (2012). *Saber cuidar: ética do humano*. 18. ed. Petrópolis: Vozes.
- Bourdieu, P. (2007). *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Banco Mundial. (2017). *Informe anual 2017*. Washington: Banco Mundial. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/27986/211119SP.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.
- Brasil. (2016). [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020.
- Conill, J. (2009). Por una economía hermenéutica de la pobreza. In: Cortina, A.; Pereira, G. (ed.). *Pobreza y libertad: erradicar la pobreza desde el enfoque de las capacidades de Amartya Sen*. Madrid: Tecnos. p. 151-162.
- Cortina, A. C. (2017). *Aporofobia, el rechazo al pobre: un desafío para la democracia*. Buenos Aires, Ediciones Paidós.
- Cortina, A. C. (1997). *Ciudadanos del mundo: hacia una teoría de la ciudadanía*. Madrid: Alianza.

- Cortina, A. (2003). El quehacer público de la ética aplicada. In: Cortina, A.; García-Marzá, D. (ed.). Razón pública y éticas aplicadas: los caminos de la razón práctica en una sociedad pluralista. Madrid: Tecnos. p. 13-44.
- Cortina, A.; Pereira, G. (ed.). (2009). *Pobreza y libertad: erradicar la pobreza desde el enfoque de las capacidades de Amartya Sen*. Madrid: Tecnos.
- Dussel, E. (2004). Hacia una Arquitectónica de la Ética de la Liberación. In: Dussel, E.; Apel, K.-O. Ética del Discurso y Ética de la Liberación. Madrid: Editorial Trotta. p. 339-366.
- Elizalde, A. (2005). Desarrollo humano y Ética de la Sostenibilidad. Madrid: PPC Editorial.
- Eugenio, A. M. F.; Chowdhury, N. I. (2009). Los microcréditos como instrumento de erradicación de la pobreza. In: Cortina, A.; Pereira, G. (ed.). *Pobreza y Libertad: erradicar la pobreza desde el enfoque de las capacidades de Amartya Sen*. Madrid: Tecnos. p. 235-262.
- Ferriz, J. L. S. (2017). Hacia una propuesta de ecología política y justicia medioambiental. [Tesis (Doctorado en Filosofía) - Facultad de Filosofía, Universidad Complutense de Madrid], Madrid.
- Ferriz, J. L. S. (2020). A liberdade e a justiça: horizontes para uma racionalidade socioambiental. Curitiba: Brazil Publishing.
- Freire, P. *Pedagogia do oprimido*. (1987). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Goulet, D. (1999). Ética del desarrollo. Madrid, IEPALA.
- Horrigan, L et al. (2002). How sustainable agriculture can address the environmental and human Health harms of industrial agriculture. *Environmental Health Perspectives*, North Carolina, v. 110, n. 5, p. 445-456, May. Disponível em: <https://ehp.niehs.nih.gov/doi/pdf/10.1289/ehp.02110445>. Acesso em: 15 abr. 2016.
- Iglesias Vila, M. (2006). El desafío moral de la pobreza: Deberes individuales y estándares de humanidad. In: GARCÍA FIGUEROA, A. (coord.). *Racionalidad y Derecho*. [S. l.]: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales. p. 219-264.
- Igreja Católica. (1967). Papa (1963-1978 PAULO VI) *Populorum Progressio*. Português. A marcha social da Igreja: texto das encíclicas: *Populorum progressio. Pacem in terris. Mater et magistra*. Rio de Janeiro, Encontro.
- Igreja Católica. (2020). Papa (2013- FRANCISCO). Carta encíclica Fratelli Tutti: sobre a fraternidade e amizade social. São Paulo: Paulinas.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: perfil das despesas no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE.
- Jonas, H. (2004). *O princípio vida: fundamentos para uma biologia filosófica*. Petrópolis: Vozes.
- Karam, D. et al. *Agrotóxicos*. (2015). Sete Lagoas: EMBRAPA. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/149892/1/doc-192.pdf>. Disponível em: 15 mar. 2020.
- Kolm, S.-C. (2000). *Teorias modernas da justiça*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo e Luiz Carlos Borgues. São Paulo, Martins Fontes.
- Leff, E. (2009). *Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Petrópolis: Vozes.
- León Sicard, T. E. (2012). *Agroecología: La ciencia de los agrosistemas: la perspectiva ambiental*. Colombia: Universidad de Colombia.
- OLIVEIRA, N. de. (2017). IBGE: 50 milhões de brasileiros vivem na linha da pobreza. Rio de Janeiro, 15 dez. AgênciaBrasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/ibgebrasil-tem-14-de-sua-populacao-vivendo-na-linha-da-pobreza>. Acesso em: 15 jan. 2020.
- Organização das Nações Unidas. (2016). *Objetivos de desenvolvimento sustentável*. Brasília, DF. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 15 jan. 2020.
- OSORIO, R. G. et al. (2011). *Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil*. Brasília, DF: Ipea. Disponível em: <http://>

repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1501/1/td_1619.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2009). Desarrollo de capacidades: texto básico del PNUD. [New York]: UNDP.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2019). Informe sobre desarrollo humano 2019. New York: UNDP. Disponível em: https://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_overview_-_spanish.pdf. Acesso: 15 mar. 2020.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2011). Proyecto regional “Población afrodescendente de América Latina”. Ciudad de Panamá: PNUD. Disponível em: https://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/E2F3D37A829F75D105257BA3005EB971/%24FILE/cartilla_politicas.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2020). La próxima frontera: el desarrollo humano y el Antropoceno. [New York]: UNDP. (Informe sobre Desarrollo Humano 2020). Disponível em: https://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2020_es.pdf. Acesso em: 14 fev. 2022.

Pogge, T.(2002). La pobreza en el mundo y los derechos humanos. Madrid: Alianza.

Puig Rovira, J. M. (2003). Prácticas morales: aproximación a la educación moral. Barcelona: Paidós Ibérica.

Sánchez, J. E, et al. (2003). La educación moral ante el reto de la pobreza. Teoría de la educación, [s. l.], n. 15, p. 185-212. Disponível em: <https://revistas.usal.es/index.php/1130-3743/article/view/3039/3074>. Acesso em: 15 abr. 2020.

Sen, A. (2000). Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras.

Sen, A. Sobre Ética y Economía. México: Alianza Editorial, 1991.

Villaplana, A. C. (2010). El análisis filosófico de las nociones de pobreza y desigualdad económica. Revista de Filosofía, San José, v. 48, n. 123-124, p. 77-84, enero-agosto. Disponível em: <https://rentabasica.eus/wp-content/uploads/2021/05/filosofia-y-pobreza.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

Walzer, M. *Las esferas de la justicia*. México, FCE, 1993.